

## **MARANHÃO: DE PROVÍNCIA PRÓSPERA A ESTADO POBRE. SÃO PAULO: DE PROVÍNCIA POBRE A ESTADO PRÓSPERO. O QUE DEU TÃO ERRADO E TÃO CERTO?**

**Claudiomar Matias Rolim Filho<sup>1</sup>**

### **Resumo**

Este artigo tem o objetivo de analisar e explicar como o Maranhão, um Estado que já teve a maior renda per capita do país, pode se tornar a região mais miserável do Brasil em um espaço de cem anos. Para isso analisa os impactos causados pelas oportunidades e crises externas frente a produção do algodão, a maior riqueza do Estado durante a sua época de prosperidade. Faz uma comparação do sucesso do modelo industrial pós-café em São Paulo e o fracasso econômico maranhense pós-algodão. Pretende abrir um debate sobre o papel de fatores exógenos e ciclos de prosperidade para desenvolvimento ou não de um ciclo produtivo virtuoso e sustentável em uma dada região. Para isso, se baseia em dados e relatos encontrados por meio da leitura de jornais do Século XIX disponíveis na Biblioteca Nacional.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento. Formação Econômica.

## **MARANHÃO: FROM PROSPEROUS PROVINCE TO POOR STATE. SÃO PAULO: FROM POOR PROVINCE TO PROSPEROUS STATE. WHAT GOT SO WRONG AND SO RIGHT?**

### **Abstract**

This paper aims to explain how Maranhão, a state that already had the highest per capita income in the country, could become the most miserable region in Brazil in only one hundred years. For that, it analyzes the impacts caused by opportunities and external crises in the face of cotton production, the greatest wealth of the State during its time of prosperity. It makes a comparison of the success of the post-coffee industrial model in São Paulo and the post-cotton economic failure of Maranhão. It intends to open a debate about the role of exogenous factors and prosperity cycles for the development of a virtuous and sustainable productive cycle in a given region. For this, it is based on data and reports found through reading 19th century newspapers available at the National Library.

**Keywords:** Development. Economic Formation.

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia pela UnB e EPPGG atualmente lotado no IPEA

## 1 - INTRODUÇÃO

Atualmente, o Maranhão é um dos Estados mais pobres da Federação ocupando os últimos lugares quando se trata de Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Porém, uma simples caminhada pelo centro histórico de São Luís, com seus casarões majestosos, denuncia a grandeza de um passado de prosperidade.

Atribui-se a Simon Kuznets, prêmio Nobel de Economia, o axioma de que em matéria de desenvolvimento existem quatro tipos de países: i) os que se desenvolveram, ii) os que não se desenvolveram, iii) o Japão e iv) a Argentina. Parafraseando-o, ao estudar a história econômica brasileira, pode-se dizer que no Brasil existem quatro tipos de Estados na Federação: i) os que se desenvolveram, ii) os que não se desenvolveram, iii) São Paulo e iv) o Maranhão.

Este artigo se propõe a investigar o Estado da Federação com menor renda per capita, mas que já fora, outrora, uma das províncias mais ricas do Brasil, com maior arrecadação de impostos (atrás apenas da capital, Rio de Janeiro) e de maior renda per capita durante o Brasil Colônia e Império.

A pergunta a que esta pesquisa procura responder é a de como saímos de uma realidade onde o “Diário do Rio de Janeiro” em 1871, ao agradecer o recebimento de uma cópia do Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão do dr. Cesar Augusto Marques, escrevia:

*O seo Diccionario histórico-geographico é um manancial abundante para a história e a estatística do Maranhão, onde o historiador como o político encontrará os elementos que procura no passado para os recursos e **prosperidade dessa parte do Império** (Diccionario histórico-geographico, 1870, p. XIX do Memorandum)*

Para uma realidade onde João do Vale, durante o revolucionário “Show Opinião”, na década de 60 do século XX (apenas cem anos depois), cantava:

*“Meu nome é João Batista Vale. Pobre no Maranhão é Batista ou Ribamar... eu saí Batista. Tenho 230 músicas gravadas, fora as que vendi. Minhas músicas são muito parecidas comigo, com minha região, com meu povo. Mas as músicas que fiz com mais alma são desconhecidas. **Minha terra tem muita coisa engraçada, mas o que tem mais é muito sacrifício pra gente viver.**”*

Analisa, em um contexto histórico, o conjunto de fatores que mais se destacaram para a formação econômica do Estado comparando à história econômica do Estado de São Paulo.

Então, o que será que deu tão errado?

## **2 – OS ANOS DE COLONIZAÇÃO**

Inicialmente não houve interesse dos portugueses em estabelecer um império em terras americanas. As longas distâncias e a atividade econômica que ainda deveria ser iniciada foram motivos que fizeram Portugal dar preferência a suas posses nas Índias.

Até a tentativa de invasão dos franceses em 1612, os portugueses não tinham demonstrado muito interesse em se instalar na região Norte do Brasil. Foi o risco de perda territorial, com a posterior ocupação dos franceses na Guiana Francesa, que fez os portugueses se interessarem por colonizar a região.

Pouco se evoluiu durante o século XVII, com anos em que nenhum navio sequer aportou em São Luís (Tribuzi, 2001). Enquanto proliferavam-se engenhos na Zona da Mata Nordestina, o Norte do Brasil vem a viver uma realidade muito diferente. A captura de ameríndios era a atividade mais lucrativa no Maranhão dessa época. Com um custo de captura rodando por volta de três mil réis e com um preço de venda no litoral por volta de trinta mil (Viveiros, 1954, pag. 26) fica claro entender o porquê.

Conforme Boris Fausto (2001) descreve, essa realidade do Norte do país foi muito parecida com a realidade da região paulista ainda nascente: a) a fraqueza de uma agricultura voltada para a exportação b) a renhida disputa entre colonizadores e missionários pelo controle dos indígenas e c) utilização de escambo como principal forma de relação econômica.

O algodão e o açúcar produzidos no Maranhão mal davam para o sustento da região e quando havia comercialização para outras regiões do país era ao preço da escassez do consumo interno (Viveiros, 1954, pag. 36).

As crônicas à época sobre o Maranhão enfatizavam a miséria extrema. Homens descalços, com apenas os mais ricos vestindo panos de algodão pintados de preto. Os escravizados andavam nus pelas cidades e fazendas. Todavia, era ainda mais desoladora a sorte dos ameríndios. Suas expedições de captura eram tão mortíferas e penosas que

se julgava bem-sucedida quando a mortandade no caminho não superava os 50% (Simosen, 2005. p. 412)<sup>2</sup>.

Devido a estes problemas de abastecimento e baixa capitalização da economia da região Norte, foi criada, em 1682, a Companhia de Comércio do Maranhão. Porém, os comerciantes sentiram-se prejudicados pelo monopólio da Companhia e em 1684 explodiu a revolta liderada por Manuel Beckman, conhecido por Bequimão.

A Coroa Portuguesa temia a possível adesão dos franceses de Caiena (os franceses haviam sido expulsos há menos de 70 anos de São Luís) e decidiu agir. A rebelião foi sufocada e Manuel Beckman enforcado.

## **2.1 – POMBAL E A COMPANHIA DE COMÉRCIO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO**

O início do século XVIII não veio a ser diferente. Para melhor entendimento da situação e da desprezível atividade econômica da região, basta saber que apenas em 1724 vieram a ser introduzidas moedas metálicas no Maranhão (Tribuzi, 2001). Até o século XVIII ainda era o escambo a principal forma de transação econômica e panos de algodão eram usados como moeda (Fausto, 2001).

Essa realidade desoladora só começa a se alterar com a nomeação do Marquês de Pombal. Uma de suas iniciativas foi a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755 estimulando a migração de contingentes populacionais para produção de arroz, algodão e o couro (Paula & Holanda, 2011).

Ao contrário da antiga Companhia de Comércio (que de tão odiada pelos colonos levou a Revolução de Bequimão) esta nova Companhia de Comércio tinha como objetivo fornecer aos lavradores meios próprios para lavoura como escravizados, ferramentas, mantimentos, crédito para os primeiros anos de produção e promover o comércio na região (Marques, 1870). Com um capital de cerca de 130 mil libras esterlinas era um empreendimento absurdamente maior do que já pudera ser imaginado existir em São Luís pela sua modesta e pobre população (Simosen, 2005 p. 430).

---

<sup>2</sup> A título de comparação, em um navio negreiro, onde os africanos eram amontoados por meses e tinham direito a menos de meio litro de água por dia, essa mortalidade dificilmente alcançava 25%, mantendo-se por volta de 10% (RIBEIRO, 2001 p. 4).

Até antes da metade do século XVIII, o algodão, produto nativo da América e também do Brasil, era apenas uma insignificante cultura de utilização local e valor internacional mínimo. A grande mudança ocorre apenas após a Revolução Industrial em 1764. Isso muda de forma importante a realidade econômica do Maranhão e pela primeira vez integra o Estado à economia planetária.

Verifica-se, com isso, o papel que representará na economia maranhense o mercado externo. Será ele o único fator determinante de qualquer atividade econômica de vulto. Era o início da primeira falsa euforia maranhense.

Marquês de Pombal, com a sua Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, foi o responsável por criar e desenvolver a economia maranhense ao estimular a agricultura fornecendo sementes, crédito e navegação para ao Reino de Portugal (Viveiros, 1954). Empregou parte do seu capital na construção de navios para uso local, condução de escravizados de Bissau e Cacheu, mandou o primeiro navio de Lisboa para a China em 1759 e exporta do Maranhão para Pernambuco a cultura do algodão (Marques, 1870). Transformou uma região pobre e inexpressiva em uma das mais ricas e destacadas províncias. (Prado Jr., 1945).

Até então a região era composta quase na sua totalidade de índios e mestiços salvo a minoria de colonos brancos. Após a Companhia, recebeu um forte fluxo de escravizados africanos para trabalhar nas lavouras de algodão. Segundo Caio Prado Júnior, o algodão, apesar de branco, tornou preto o Maranhão.

As políticas de Pombal não tiveram longa continuidade porque a Colônia entrou em depressão econômica devido à crise do açúcar, queda da produção de ouro, despesas extraordinárias para construir Lisboa (destruída por um terremoto) e guerras com a Espanha pelo controle da bacia do rio Prata (Fausto, 2001). Ainda que a Companhia tenha tido uma vida curta, vindo a se extinguir em 1778, ela deixou como herança a inserção do Maranhão no comércio internacional. Por meio do número de sacas algodão exportadas é possível ter noção do quão importante foi:

Sacas de algodão exportadas – 1760 a 1800			
Ano	Nº de sacas	Ano	Nº de sacas
1760	130	1781	8.674
1761	385	1782	9.914
1762	436	1783	9.046
1763	731	1784	9.533

1764	709	1785	9.252
1765	1.504	1786	12.015
1766	2.245	1787	11.349
1767	4.762	1788	11.354
1768	4.762	1789	11.891
1769	5.094	1790	11.321
1770	3.115	1791	12.735
1771	811	1792	14.873
1772	Sem dados	1793	13.513
1773	Sem dados	1794	19.920
1774	Sem dados	1795	27.187
1775	Sem dados	1796	24.680
1776	3.602	1797	18.882
1777	6.290	1798	10.287
1778	7.296	1799	30.287
1779	7.329	1800	29.799
1780	7.417		

*Fonte: Temiátocles Aranha em "O País" de 28-12-1883.*

Esta produção encontrou condições propícias devido a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775 a 1783) que desarticulou o fornecimento da matéria prima para a pujante indústria têxtil inglesa e fez os bretões saírem a busca de novos fornecedores pelo globo.

Ao invés de um ou dois navios que aportavam por ano em São Luís, no último quartil do século XVIII este número mudou para 100 a 150 navios e as exportações chegaram a quase um milhão de libras enquanto a colônia inteira exportava, em média, três milhões (Furtado, 1959). Devido a força do algodão, o Maranhão atingiu o maior PIB per capita do Brasil, com 112 dólares, quase o dobro do PIB per capita médio no Brasil que era de 61,2 dólares (Arruda, 1980). Utilizando-se dados do Maddison Project, é possível perceber que o PIB per capita maranhense era semelhante ao dos Estados Unidos da América e maior que o Português. Durante esses anos o Maranhão se tornou a zona mais próspera da colônia portuguesa (Fausto, 2001).

### **3 – O PROMISSOR SÉCULO XIX**

O início do século XIX era promissor. Segundo Tribuzi:

*São Luís ganha nova dimensão até situar-se como 4ª cidade brasileira em população e, quando a Corte Portuguesa se transfere ao Brasil, a Província do Maranhão já fornece ao Tesouro Real mais tributos que o resto do Império, excetuadas as províncias brasileiras (Tribuzi, 2001, págs. 35 e 36)*

Segundo demonstrações de rendimentos publicados no jornal O Conciliador do Maranhão em 08 de fevereiro de 1823 e no jornal Echo do Norte de 13 de janeiro de 1835, o algodão respondia por mais de 50% da arrecadação. Além de que, segundo balanços publicados no Jornal “O Conciliador do Maranhão”, a Inglaterra já era o principal destino das exportações maranhenses com 26.436 sacas exportadas em 1821 contra 11.842 sacas para Portugal e no mês de novembro de 1822 com 2.212 sacas para Liverpool contra 1.684 sacas para Lisboa (O Conciliador do Maranhão Nº 53, 12 de janeiro de 1822, p. 2 e nº 154, 1º de janeiro de 1823, p.5)

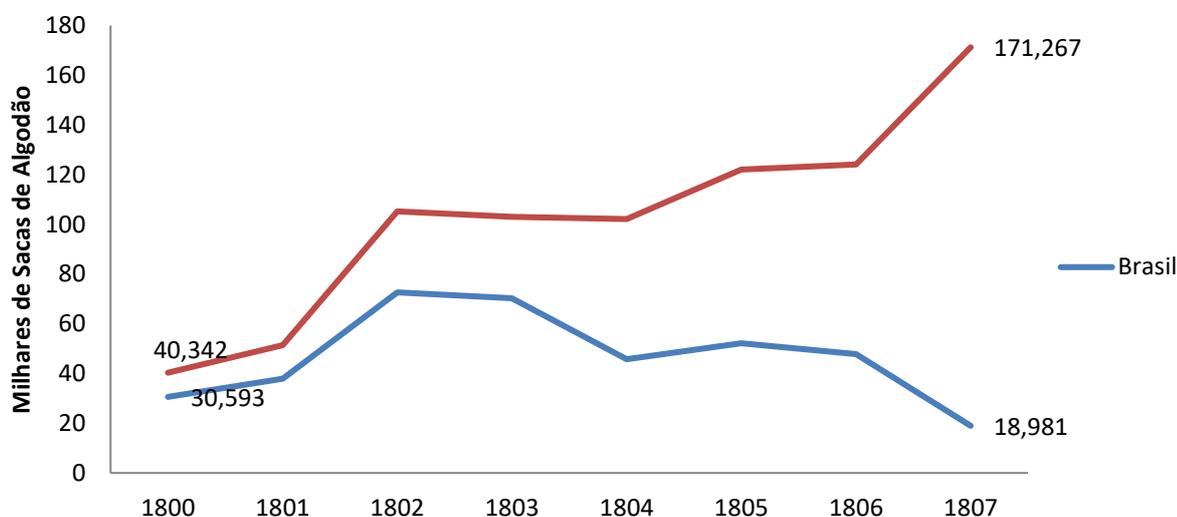
Porém, a agricultura seguia arcaica e pouco se investia em melhoramentos tecnológicos. Em discurso publicado no jornal “O Farol Maranhense”, na edição de 27 de janeiro de 1829, p. 620 a 622, o presidente da província à época, Cândido José de Araújo Viana, já vaticinava os principais problemas da agricultura na província. Chamava a atenção da cada vez menor oferta de mão-de-obra e sugere investir na atração de colonos para terras maranhenses.

Queixa sobre a tributação também consta em uma carta dirigida à Junta do Comércio do Reino do Brasil publicada no Jornal o Conciliador do Maranhão em 17 de novembro de 1821, p. 1 e 2, onde se reclama que o algodão brasileiro era produzido ao mesmo preço do norte-americano, porém pagava-se muito mais tributos, o que dificultava a sua concorrência. Fazia também uma recomendação:

*Que se recomendasse às Mezas de Inspeções, tanto em Pernambuco, como no Maranhão, principalmente na Bahia, que não deixassem passar o algodão tão mal limpo, sujo e enlameado como vem, athe que desgosta o comprador a ponto de não querer já comprar os nossos algodões sem abrir as sacas” (O Conciliador do Maranhão, nº 37, p.1 e 2, de 17 de novembro de 1821, 17 de novembro de 1821)*

Depois de sua guerra de independência e da normalização da produção, a produção estadunidense, mais sofisticada tecnologicamente e mais próxima da Inglaterra tanto culturalmente como geograficamente, destrona o arroz e o algodão maranhenses.

### Exportação de algodão Brasil x EUA



Fonte: Simosen, 2005, p. 474

Com as regiões mais dinâmicas do globo aumentando não só sua produção como também a sua produtividade, a concorrência excluiu o algodão maranhense do mercado internacional. Sem investimentos na produção de outros bens que pudessem substituir o algodão quando oscilações bruscas ocorressem, a economia do Estado via-se a mercê de choques de ofertas no mercado internacional.

Declinou-se o ritmo progressista da região trazendo novamente o marasmo econômico característico de outras regiões brasileiras sujeitas a bruscas oscilações de fortunas.

A agricultura maranhense estava decadente e, segundo o editorial do jornal “O Observador” de 6 de abril de 1852, próximo à ruína.

O presidente da província do Maranhão, em abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 1854, publicada no Jornal O Observador em 24 de julho de 1854, enumera as principais dificuldades da lavoura maranhense àquele momento:

1 – Falta de vias de comunicação – O Maranhão não possuía nem estradas e nem navegação fluvial para escoamento da produção.

2 – Falta de braços – Antes mesmo da proibição do tráfico em 1850, o fluxo de escravizados negros ao Maranhão já estava debilitado devido principalmente ao alto preço a que eles estavam sendo vendidos às províncias do Sul, mesmo com altas despesas de transportes e embarços.

3 – Falta de instrução profissional – Era reconhecida e incontestável a ignorância de feitores, administradores, mestres de fábricas e vaqueiros. Enquanto produtores de outras regiões procuravam se aperfeiçoar, o sistema de lavoura maranhense havia permanecido quase o mesmo por séculos.

4 – Falta de capitães – Os capitães eram os responsáveis por gerenciar os estabelecimentos agrícolas (algo como os gerentes das fazendas) e eles eram itens raros pelo Maranhão. Propunha que fossem fundados estabelecimentos de créditos que pudessem fornecer garantias para compra de propriedade rural seguindo o exemplo de outros países mais desenvolvidos que traziam colonos para suas regiões<sup>3</sup>.

Também reconhecia o problema de falta de homens livres para trabalho e sugeria a introdução de colonos não só na lavoura, mas também no beneficiamento de engenhos e máquinas.

Falava-se com saudades da época dos altos preços do algodão ocorridos na década de 1810 e 1820. Este aumento de preço havia causado certa euforia entre os fazendeiros maranhenses que compraram a crédito no intuito de expandir a sua produção. Porém, com a queda de preços que vem a se consolidar após 1825, muitos se viram com problemas, sem ter como pagar com suas obrigações o que os levou a ter prejuízos ou quebrarem. (Assunção, 2000). Mais uma falsa euforia.

As quedas do preço do algodão levavam os grandes produtores a reorientar a sua produção para o mercado interno. Em geral isso significava, como ocorrido no Sul e Sudeste brasileiro, um processo de amadurecimento e fortalecimento do mercado doméstico e, até mesmo, um início de processo de industrialização. Porém, isso não ocorreu no Maranhão à época devido à falta de capital produtivo (que era reinvestido na compra de mais escravizados e em bens de luxo), erosão de terras e distâncias dos grandes centros consumidores do Brasil. Por último, o principal motivo, o mercado interno da sociedade maranhense era exíguo entre outros motivos pelo baixo número de mão-de-obra livre (Assunção, 2000, p. 56).

### **3.1 ATENAS BRASILEIRA E A FALSA EUFORIA**

---

<sup>3</sup> Anos depois os Estados Unidos editariam o Homestead Act, adotado em plena guerra civil pelo presidente Lincoln, que garantia a posse de uma propriedade de 160 hectares a quem a cultivasse por cinco anos, aumentando o fluxo de imigrantes europeus e criando uma grande classe de pequenos proprietários rurais. Enquanto isso, o Maranhão afundava.

Posteriormente, houve início o mais notável período de exportação maranhense, que ocorreu durante a Guerra da Secessão dos Estados Unidos (1861-1865).

O preço da libra de algodão salta após o ano de 1861 chegando ao pico de US\$ 1,9 vindo a se normalizar apenas alguns anos após a guerra.



Fonte: “The American Almanac and Treasury of Facts”, 1881 apud site Handsomeatlas.com

Durante esta época o Estado do Maranhão novamente prospera. Novamente devido ao contexto internacional e a variáveis externas. Uma nova falsa euforia. A cidade se embeleza e proliferam os hoje casarões históricos da região da Praia Grande. Diversos maranhenses passaram a ostentar títulos de Barão e Baronesa.

O Maranhão continuava como a quarta província em importância econômica (apesar de sétima maior população) e São Luís a quarta cidade brasileira com maior número de habitantes (Borrvalho, 2009). O algodão passa a figurar no segundo lugar entre os itens exportados pelo Brasil entre 1861 e 1870 (Fausto, 2001). Uma característica atípica do Maranhão era que enquanto a maior parte da renda do governo central provinha de impostos sobre importação, o tesouro do Estado se mantinha a base de impostos de exportação, sua maior fonte de renda (Assunção, 2000).

Essa riqueza material possibilitou à aristocracia maranhense o envio de seus filhos para estudar fora, fosse Recife ou no Rio de Janeiro, fosse até mesmo em terras europeias distantes como França, Portugal e Inglaterra, o que acabou por introduzir costumes, modos e literaturas de europeus ou de outras cidades brasileira (Borrvalho, 2009). Houve um expressivo aumento da demanda por serviços de impressão e foram

fundados o Liceu Maranhense, a Biblioteca Pública, o Gabinete de Leitura e Sociedades Literárias (Borrvalho, 2009).

Acostumada ao isolamento geográfico (apesar de São Luís ser uma das capitais brasileiras menos distantes de Portugal) e cultural, São Luís terminou por se tornar uma cidade de poetas tendo uma força importante nos movimentos literários brasileiros como o Arcadismo e, principalmente, o Romantismo. Viveram no Maranhão dessa época os principais intelectuais e poetas de sua história que se destacaram em nível nacional entre eles Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Souza, Sotero dos Reis, Sousândrade, João Lisboa, entre outros intelectuais levando São Luís a se autodenominar a “Atenas Brasileira”.

Quando os lucros dessa alta puderam proporcionar aumento de produção significativa, notadamente após 1868, a guerra já tinha sido finalizada e, com ela, os altos preços do algodão, como pode ser constatado na tabela abaixo:

<b>Tabela 03 - Exportação de Algodão, 1851 a 1880</b>			
<b>Anos</b>	<b>Sacas de 95 quilos</b>	<b>Anos</b>	<b>Sacas de 95 quilos</b>
1851	53.990	1866	45.248
1852	37.868	1867	50.207
1853	41.662	1868	64.937
1854	61.056	1869	64.297
1855	50.879	1870	60.665
1856	43.390	1871	72.793
1857	41.611	1872	61.170
1858	42.124	1873	42.140
1859	35.356	1874	39.985
1860	36.580	1875	47.846
1861	34.201	1876	41.626
1862	38.290	1877	37.397
1863	40.250	1878	37.552
1864	39.545	1879	42.139
1865	48.718	1880	52.879

Fonte: História do Comércio do Maranhão, 1954

Começava a ficar claro que um colapso estava a caminho. Não só os grandes proprietários de terras e traficantes, mas também a parca população livre estava convencida de que a péssima aposta na mão de obra escravizada, que estava próxima do fim, provocaria uma forte falência na sociedade e na produção (Fausto, 2001).

Com o fim da Guerra Civil Americana, a Inglaterra, volta a comprar com mais intensidade o algodão da América do Norte. Após este boom dos preços, a realidade foi melancolicamente voltando ao normal. Teve fim a “falsa euforia”, termo cunhado por Celso Furtado. Mais uma oportunidade desperdiçada.

## **3.2 ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E IMIGRAÇÃO**

### **3.2.1 REALIDADE PAULISTA PÓS ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA**

Enquanto a economia maranhense se agarrava ao trabalho escravizado a região cafeeira começou a sua adaptação frente a um novo modelo produtivo. Por meio dos lucros, que antes eram investidos na compra de mais pessoas escravizadas, houve investimentos em ferrovias, maquinário industrial (visto como uma forma de complementar as atividades agrícolas), bancos e comércio (gerando uma rede de núcleos urbanos que diversificaram a economia). Fazendeiros de algodão criavam fábricas de fiação e tecelagem, pecuaristas fundavam fábricas de couro, cafeicultores investiam em vagões para escoamento e máquinas para beneficiar o café (Priore e Venancio, 2010).

Porém, o fator preponderante entre o fracasso e sucesso das duas regiões ocorreu devido a um fator que foi causa e consequência para a região cafeeira: a imigração em massa de homens livres, que viria a impulsionar a formação de um mercado de produção e consumo e de mão-de-obra.

Entre 1887 e 1930 cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil. Em 1920, 93,4% dos estrangeiros viviam nas regiões Centro-Sul, Sul e Leste. São Paulo concentrava 52,4% de todos os residentes no Brasil graças, principalmente, às facilidades concedidas pelo Estado como passagens e alojamentos, à pujança de sua economia e do seu mercado interno que abria cada vez mais postos de trabalhos (Fausto, 2001). Em 1934, 30,2% das terras paulistas eram de propriedades de estrangeiros, número que não ilustra completamente a realidade dado que os seus descendentes não constam nessa porcentagem por já serem considerados brasileiros (Fausto, 2001).

Esses imigrantes eram lavradores, operários, pessoas com uma educação rudimentar (porém com alguma educação formal) e até mesmo técnicos especializados, que se fixaram no campo diversificando a atividade agrícola. Fixaram-se também nas

idades, como os sírio-libaneses e os judeus, trabalhando e consumindo, abrindo pequenos negócios e diversificando a atividade urbana. Em sua minoria eram homens solteiros e a maioria vinha com sua família de vários filhos para aqui fazerem suas vidas na primeira experiência de colônia de povoamento que o Brasil viria a conhecer em 400 anos de história.

Tornaram-se pequenos e médios proprietários e, seus descendentes, importantes figuras na indústria, comércio e agroindústria dos Estados do Sul, Sudeste e Centro Oeste do País. Em 1893, 70% dos integrantes da indústria manufatureira da capital de São Paulo eram estrangeiros (Fausto, 2001). Era o caso de Antônio Pereira Inácio, sapateiro português fundador da gigante Votorantim, ou Antonio Siciliano, Antônio de Camillis, Giuseppe Martinelli e, o mais famoso, Francisco Matarazzo (Priore e Venancio, 2010).

Não é de se estranhar que São Paulo tenha liderado o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro que se caracterizou pela diversificação agrícola, urbanização e surto industrial. Até mesmo, o algodão, que por muitos anos foi o principal motor da economia maranhense, começou a ser produzido em São Paulo para assegurar o fornecimento de matéria-prima para a economia têxtil do Estado o tornando, por volta de 1919, o maior estado produtor do Brasil (Fausto, 2001).

### **3.2.2 REALIDADE MARANHENSE PÓS-ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA – A MANCHESTER DO NORTE**

Sem conseguir criar um mercado interno de consumo e de trabalho após a normalização do mercado externo pós-guerra da Secessão a economia do Maranhão começou a regredir.

Para piorar, os Estados Unidos, investiam produtivamente no seu algodão diminuindo os custos e aumentando a sua qualidade. Começaram a beneficiá-lo e logo se tornaram competidores da indústria manufatureira inglesa.

Entretanto, havia entre os maranhenses um reconhecimento da importância da mão de obra livre para o desenvolvimento da agricultura local. Analisando os Relatório de Presidentes da Província do fim do século XIX, é possível ver o presidente da província do Maranhão à época, Casimiro Dias Vieira Jr., citando zonas propícias a recepção de imigrantes:

Accresce ainda que o sertão é o logar mais apropriada para agasalhar os primeiros imigrantes europeós que tivermos de receber, concorrendo para esse fim a amenidade do clima, mais salubre que outro qualquer, e a facilidade na aquisição dos meios de vida. E já que vos falei em immigração, devo levar ao vosso conhecimento a proposta que recebi de Hespanha, firmada pelo Sr. Manoel D. Santos e que veio acompanhada de uma carta de informação do Consul Brasileiro em Vigo, transcriptas no Diário do Maranhão, ns; 6407 e 6444, de 16 e 20 de janeiro último, para as quaes chamo toda a vossa atenção e solicitude. (Relatório dos Presidentes de Província, 05/06/1894, p.7)

O Maranhão chegou até mesmo a ter despesas relativas isso. De janeiro a junho de 1896 gastou 2,5% do seu orçamento na rubrica “com a immigração italiana”, quase 1/3 do que gastou com Segurança Pública no período (Relatório dos Presidentes de Província, 18/02/1897, p.9) e de 0,42% com a rubrica “Para propaganda a favor da lavoura e imigrantes” no exercício de 1899 (Relatório dos Presidentes de Província, 13 de fevereiro de 1901 tabela nº 6).

Entretanto, tais esforços tiveram resultados ínfimos. Em 1900 o estado recebeu apenas 275 imigrantes, o que garantiu um aumento líquido quase nulo já que, no mesmo ano, 208 imigrantes deixaram o Estado e 35 vieram a falecer (Relatório dos Presidentes de Província 10 de fevereiro de 1902, p. 190 e 191).

Após a abolição da escravatura, 70% dos engenhos de cana e 30% das fazendas produtoras de algodão foram à falência e a desvalorização da fazenda agrícola maranhense chegou a 90% (Viveiros, 1954). Grandes propriedades chegavam a valer quase 10% do valor de outrora (Viveiros, 1954) e foram desmembradas.

Os fazendeiros não aceitavam a antiga mão de obra escravizada como assalariada e, o que agravou o quadro, os escravizados libertos, buscando melhores condições de vida e fugindo de um passado recente e cruel, sequer aceitaram ser contratados, preferindo montar comunidades autônomas de subsistência a ficar nas fazendas ou indústrias (Viveiros, 1954 pag. 557). Os ex-escravizados, novos homens livres, assumiram a produção da agricultura de subsistência em suas próprias roças desenvolvendo uma economia de pequenos lavradores dedicados a produção para autoconsumo, policultura e baseada no trabalho familiar (Paula & Holanda, 2011) e não para gerar excedentes, renda e empregos

Vítimas de preconceito por meio de leis e instituições que os estigmatizava como subcidadãos e sem voz nessa sociedade, sua realidade pouco mudou até a

redemocratização. Isso desencadeou profundos impactos na realidade maranhense deixando feridas abertas visíveis até hoje no subdesenvolvimento do Estado. A agricultura maranhense regrediu à subsistência

Para dificultar ainda mais, a Amazônia vivia um sonho transitório de prosperidade e ostentava riquezas devido a extração de borracha a partir de 1880. Houve forte êxodo da população para os estados do Pará e do Amazonas atrás do “El-Dourado” do Norte onde os maranhenses livres migravam em busca de melhores oportunidades de vida. (Viveiros, 1954). Esse êxodo foi tão forte que a força de trabalho empregada que “restou”, proveniente em sua maioria da camada urbana empobrecida, era composta por cerca de 70% de mulheres e crianças, pois os homens que não haviam migrado dedicavam-se em sua maioria a atividades agrícolas no interior (Campos, 2008).

Sem reserva de trabalho, com a pouca mão-de-obra livre migrando para o Sul ou para o sonho da borracha na região amazônica, a economia colapsou. O Maranhão tornou-se uma terra abandonada a própria sorte quase que revivendo os seus tempos pré-Pombal.

Ainda houve uma tentativa, até certo ponto desesperada, de investir os capitais na construção de indústrias em centros urbanos como Caxias, Codó e, principalmente, São Luís. Tinha-se a ideia de industrializar a economia do Maranhão por meio da instalação de indústrias têxteis para aproveitar a produção local de algodão. Sonhou-se até mesmo em transformar São Luís em uma “Manchester maranhense” como é possível constatar na mensagem do Governador Manoel Ignácio Belfort Vieira:

Tudo isso promete um brilhante futuro ao Maranhão em tempo não mui remoto e que o collocará no melhor pé de prosperidade para competir em civilização e progresso com os Estados mais adiantados da União.

Si pelo lado de seus filhos illustres nas letras já foi considerado a **Atenas brasileira**, hade sê-lo também, pela indústria, a brasileira **Manchester**, ocupando importantíssimo logar pelo empório do Norte.

(Relatório dos Presidentes de Província, 06/08/1892, p. 9)

Foi iniciada a fase que Viveiros nomeou de “loucura industrial”.

Em 1895, Minas Gerais possuía o maior número de fábricas no Brasil, com 37 fábricas e logo atrás vinha o Maranhão com 16 e quase 3.000 operários, número significativo em uma população que beirava os 45 mil. Havia mais fábricas no Maranhão

que no Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo com, respectivamente, 15, 14, 12 e 10 (Viveiros, 1954, v.3, pag. 49).

A cidade se altera e se transforma de uma anterior feição administrativa mercantil para uma feição industrial. Porém, apesar de no início ter havido uma certa euforia e respeitável produção, logo percebeu-se que se tratavam de um sonho com bases tênues.

Estas fábricas não foram capazes de criar um parque industrial dinâmico e duradouro a ponto de competir com o Sul que se industrializava e, particularidades maranhenses, como as elevadas tarifas alfandegárias, fretes exorbitantes, inúmeros feriados, dificuldades de comunicação, falta de estradas, carência de crédito e de bancos, contribuíram para que esse sonho não fosse concretizado (Campos, 2008).

Era o fim da Atenas Brasileira.

#### **4. CONCLUSÃO**

Não se pode entender o subdesenvolvimento do Maranhão sem antes se levar em conta as duas características de sua economia que o acompanharam por toda a história: exportadora e periférica. Esta foi a característica da formação econômica maranhense enquanto agrário e industrial.

Crises de oferta internacional são bem-vindas por meio de investimentos produtivos em fatores de produção e inovação, sendo boas alavancas para o desenvolvimento econômico. Porém, se forem apenas “surfadas” e desperdiçadas a realidade melancólica anterior de miséria e pobreza, em uma região que anteriormente acreditava-se próspera, drasticamente retornará.

O algodão no Maranhão propiciou tempos de riquezas, porém não de progresso. Quando a oferta internacional era recomposta, ficavam apenas as lembranças de um tempo áureo e a volta da extrema pobreza tanto da elite quanto da plebe. Os capitais nunca retornavam. Durante o período colonial, transferia-se quase toda a riqueza para a metrópole.

As lavouras de café foram responsáveis por ciclos benignos de produção no Estado de São Paulo e serviram como raízes da industrialização do Estado. Quando esse

ciclo se findou, uma outra realidade se fez presente. Conforme Caio Prado Jr. descreveu, o Sul foi economicamente salvo pelo café e com ele o Brasil. O Maranhão não conseguiu se salvar com o algodão.

Pouco se investiu em modernização da lavoura que, junto ao crescente custo da mão-de-obra escrava depois da segunda metade do século XIX, não teve como competir com a produção americana e, posteriormente, paulista de maior produtividade. Podia até criar excedentes de produtos de forte demanda externa, porém condicionava o Estado para uma produção de monocultura impedindo a diversificação da economia. Mantinha-se a produção rudimentar em níveis medievais e atravancava a criação de um mercado consumidor local que demandasse mais produção para criar um círculo virtuoso de desenvolvimento.

Como herança dessas euforias ficaram o extermínio de sociedades indígenas, escravização e morte de milhares de pessoas escravizadas, vastas extensões de selvas destruídas com sequelas ecológicas vigentes até os dias atuais e uma classe de fazendeiros que não soube plantar algo que não açúcar ou algodão. Também ficaram os estonteantes edifícios que deram o título de Patrimônio da Humanidade para São Luís.

Porém, nada foi tão danoso para a economia maranhense do que a forte presença e aposta na mão-de-obra escravizada, ao contrário das regiões hoje mais desenvolvidas do Brasil que investiram na mão-de-obra livre.

Em São Paulo, havia salários, no Maranhão, o recurso era investido na compra de matérias-primas e alimentos produzidos em outros locais ou regiões. No Maranhão, não havendo pagamentos a fatores de produção – que eram em quase sua totalidade dos grandes proprietários de terra – como salários ou aluguéis, a pouca renda monetária gerada pela exportação internacional ou para outras províncias era revertida quase que totalmente aos grandes proprietários.

Sachs (2013) em seu livro “O fim da pobreza” propunha que os países desenvolvidos chegaram no seu patamar por meio de uma cadeia de desenvolvimento onde ocorria a seguinte lógica: inicialmente predominância de uma agricultura de subsistência, posteriormente indústrias de manufaturas leves ou de baixa complexidade com urbanização e, no final, produção de bens e serviços de alta tecnologia. O

desenvolvimento do Brasil segue, de uma certa forma, essa ordem. O Maranhão não. A história econômica do Maranhão é a de uma agricultura de subsistência alternada por picos de produção devido a fatores exógenos com no final do século XX uma produção de bens industriais pulando todas as outras etapas do desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Documentos citados

CENSO 1872 disponível em <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>

THE MADDISON-PROJECT.

Disponível em: <http://www.ggdcc.net/maddison/maddison-project/home.htm>, 2013 version. Acessado em 20/06/2016

### Jornais

**A Bandurra**, 30 de junho de 1828, nº 11.

**A Coalção**, 26 de novembro de 1862, Nº 85.

**A Noite**, 20 de janeiro de 1944, nº 11473.

**Diário Do Maranhão**, 30 de abril de 1875, nº 522.

\_\_\_\_\_, 4 de março de 1876, nº 774.

\_\_\_\_\_, 12 de setembro de 1902.

**Echo do Norte**, 13 de Janeiro de 1835, nº 49.

\_\_\_\_\_, 20 de fevereiro de 1835, nº 57 e 58.

**Publicador Maranhense**, 25 de julho de 1854, nº. 1558.

**Relatório dos Presidentes de Província**, 7 de julho de 1890.

\_\_\_\_\_, 06 de agosto de 1892.

\_\_\_\_\_, 18 de fevereiro de 1897.

\_\_\_\_\_, 15 de fevereiro de 1889.

\_\_\_\_\_, 13 de fevereiro de 1901.

\_\_\_\_\_, 10 de fevereiro de 1902.

\_\_\_\_\_, 07 de fevereiro de 1907.

\_\_\_\_\_, 21 de fevereiro de 1908.

\_\_\_\_\_, 05 de fevereiro de 1928.

\_\_\_\_\_, 05 de fevereiro de 1930.

**O Observador**, 6 de abril de 1852, nº193.

\_\_\_\_\_, 25 de julho de 1854, nº 1558.

**O Conciliador do Maranhão**, 17 de novembro de 1821, nº 37, p. 1 e 2.

\_\_\_\_\_, 12 de janeiro de 1822, nº 53, p. 2.

\_\_\_\_\_, 1º de janeiro de 1823, nº 154, p.5.

\_\_\_\_\_, 8 de fevereiro de 1823, Nº 165, p.2.

**O Farol Maranhense**, 27 de janeiro de 1829, p.620 a 622;

**O País**, 28 de dezembro de 1883, p. 1.

### Obras acadêmicas

ALMANAK DO MARANHÃO (1849). São Luís: Edições AML, 1990.

ARRUDA, Jose Jobson de Andrade. **Brasil no comercio colonial (o)**. São Paulo: Ática, 1980. 710 p.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800 – 1860**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 14, abril 2000: 32-71.

AZEVEDO, Manoel Pereira de. **Os ciclos econômicos do Maranhão: do Algodão ao Mínero-Metarlúrgico**. Recife, 2003.

BARBOSA, Zulene Muniz. **O Global e o Regional: A Experiência de Desenvolvimento do Maranhão**. 2012

BARBOSA, Francisco Benedito da Costa. **Economia do Maranhão e de São Paulo: Semelhança na origem, descontinuidade no desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.ipades.com.br/publicacoes/ECONOMIA-DO-MARANHAO-E-DE-SAO-PAULO-SEMELHANCA-NA-ORIGEM-DESCONTINUIDADE-NO-DESENVOLVIMENTO.pdf>. Acessado em 20/06/2016.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A ATHENAS EQUINOCIAL: A fundação de um Maranhão no Império Brasileiro**. 2009. Disponível em:

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **O plano Mais IDH, do município à região? Globalização e Planejamento no Maranhão**.

D'ABBEVILLE, CLAUDE. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha de Maranhão e terras circunvizinhas**. Edições do Senado Federal, 2008.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. Edusp, 2001.

FURTADO, Celso; Formação econômica do Brasil. Editora Companhia das Letras, Edição 34, 2007

HDRO (Human Development Report Office) - United Nations Development Programme: Human Development Report 2015 – "Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience" (em inglês). Visitado em 14 de dezembro de 2015.

HOLANDA, Felipe de. **Dinâmica da economia maranhense no período 2000 a 2013**. In: Estudos sobre a Economia Maranhense Contemporânea. IMESC, 2013.

IMESC - INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICO E CARTOGRÁFICOS. **Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão**/. V. 1, N.1 (jan./fev. 2008)- São Luís: IMESC, 2008.

IMF – Index Mundi. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=commodity-price-index>. Acessado em: 29/04/2016

KUPFER, David. **Commodities versus manufaturas**. In: Valor econômico, 13 de fevereiro de 2012

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**. Edição da Associação Comercial do Maranhão, 1954. Disponível em: <https://archive.org/details/histcomv01mar>

MARQUES, César Augusto. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, Patrocinada pela SUDEMA, Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, Rio, 3ª edição (1ª edição: 1870), 1970. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221726>. Acessado em: 17/06/2016.

MATOS, Marcos Fábio Belo. **De volta a Manchester do Norte: apagamentos e reiteraões do “Maranhão Industrial”**. Disponível em: [http://www.ciseco.org.br/anaisdocoloquio/images/csm4/CSM4\\_MarcosMatos.pdf](http://www.ciseco.org.br/anaisdocoloquio/images/csm4/CSM4_MarcosMatos.pdf)

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; SILVA, Mario Roberto Melo. **O comércio marítimo do Maranhão no século XIX** (2009). Disponível em: [http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/zimbrao\\_e\\_silva\\_-\\_7.pdf](http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/zimbrao_e_silva_-_7.pdf).

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de Paula; MESQUITA, Benjamin Alvino de Mesquita. **A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do Estado do Maranhão – 1970/2008**. (2008). Disponível em: [http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/a\\_dinamica\\_recente.pdf](http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/a_dinamica_recente.pdf)

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; HOLANDA, Felipe Macedo de. **Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000**

PEREIRA, Maria Rosivalda da Silva; CORONEL, Daniel Arruda. **A industrialização no estado do Maranhão: uma análise do plano estratégico de desenvolvimento industrial**. In: Latin American Journal of Business Management, 2013, p. 177-197. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo4-desigualdadedesociaisepoliticaspUBLICAS/pdf/aindustrializacaonoestadodomaranhao.pdf>

PRADO JR., Caio Prado. **Formação Econômica do Brasil**. 1945. Disponível em PDF em: [http://resistir.info/livros/historia\\_economica\\_do\\_brasil.pdf](http://resistir.info/livros/historia_economica_do_brasil.pdf). Acesso em 06/07/2016.

PRIORE, Mary del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. Editora Planeta, 2010.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. **“Perdas em trânsito”: mortalidade escrava na travessia Atlântica**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza**. Editora Companhia das Letras, 2011.

SILVA, Daniel de Fátima Amorim; BOGEA Jr., Wiron Pereira. **A dinâmica do financiamento e da produção agrícola familiar no Maranhão no período de 2000 a 2011**. In: Estudos sobre a Economia Maranhense Contemporânea. IMESC, 2013

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Edições do Senado Federal; v. 34, 2005. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1111>.

SOTO, Hernando de Soto. **O mistério do capital**. Editora Record, 2001.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação Econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. Edição comemorativa dos 35 anos de criação do CORECON-MA, 2011.

